

Dilemas da integração regional na América do Sul: a lógica territorial da IIRSA e suas implicações socioespaciais	Titulo
Quental, Pedro de Araujo - Autor/a;	Autor(es)
Buenos Aires	Lugar
CLACSO	Editorial/Editor
2013	Fecha
	Colección
Conflictos sociales; Territorio; Integración regional; IIRSA - Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana; América Latina;	Temas
Doc. de trabajo / Informes	Tipo de documento
* http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131013100118/Quental_trabalho_final.pdf	URL
Reconocimiento-No Comercial-Sin Derivadas CC BY-NC-ND http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.edu.ar



Pedro de Araújo Quental*

Titulo: Dilemas da Integração Regional na América do Sul: a lógica territorial da IIRSA e suas implicações socioespaciais

Resumo

Este trabalho tem por objetivo problematizar os processos de integração regional em curso atualmente na América Latina, levando em consideração, especificamente, a Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

A IIRSA constitui uma estratégia de caráter intergovernamental proposta no ano 2000 que tem por objetivo a integração física da América do Sul tendo em vista uma maior competitividade e inserção da região na economia internacional. Esse processo ocorre dentro de um novo cenário geopolítico e econômico onde a Ásia, e a China em particular, passam a desempenhar importante centralidade.

Os projetos e empreendimentos vinculados a IIRSA têm sido marcados por uma lógica territorial que concebe grandes áreas do espaço geográfico sul-americano como “vazios demográficos”. Assim, tem sido dominante uma visão onde a natureza, com seus complexos biomas e domínios morfoclimáticos, é compreendida como simples obstáculo a ser superado pela engenharia e, ainda, onde povos e comunidades tradicionais têm seus territórios e suas vidas concebidas como prescindíveis. Deste modo, a expropriação de muitas populações de suas terras, bem como a ocorrência de inúmeros conflitos territoriais, têm sido recorrente na execução dos empreendimentos de integração de infraestrutura regional ora em curso.

Palavras-chaves: América Latina; América do Sul; Integração Regional; IIRSA; Território-Rede; Conflitos Sociais.

Abstract

This paper aims to discuss the regional integration processes currently underway in Latin America, taking into account, specifically, the Initiative for Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA).

IIRSA is an intergovernmental strategy proposed in 2000 which aims the physical integration of South America with a view to greater competitiveness and integration of the region into the international economy. This process occurs within a new geopolitical and economic where Asia, and China in specific, are playing important centrality.

Projects and businesses linked IIRSA have been marked by a territorial logic that conceives large areas of geographic space as the South American "demographic gaps." Thus, it has been a dominant vision where nature with its complex biomes and morphoclimatic domains, is understood as mere obstacle to be overcome by engineering, and also where people and communities have their traditional territories and their lives conceived as expendable. Thus, the expropriation of many peoples from their lands, as well as the occurrence of numerous territorial disputes, have been recurrent in the execution of enterprise integration of regional infrastructure now underway.

Key-words: Latin America; South America; Regional Integration; Territory-Network; IIRSA; Social Conflicts.

Introdução

A partir do início do século XXI, uma nova fase da inserção da América Latina na economia mundial começa a se configurar e um novo padrão de desenvolvimento regional passa a estar em disputa na região. Esse processo ocorre em um contexto de relativa crise do neoliberalismo no continente, de ascensão de governos que se apresentam fora dessa agenda política e da centralidade econômica que a Ásia passa a exercer no cenário mundial (Martins, 2011).

É neste contexto que a partir da década de 2000 são propostos na América do Sul a execução de grandes empreendimentos visando à integração da infraestrutura regional no âmbito dos setores de transporte, energia e comunicação. Tais empreendimentos encontram-se articulados em torno da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), uma estratégia de caráter intergovernamental que tem por objetivo a conexão física da região para uma maior competitividade e inserção do continente na economia mundial.

O projeto da IIRSA foi organizado em 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento, interligando a América do Sul do Atlântico ao Pacífico com estradas, hidrovias e ferrovias, redes de comunicação, portos, aeroportos e construção de barragens hidrelétricas para integração energética. Sua proposição é estabelecida dentro de um novo cenário geopolítico e econômico onde a Ásia, e a China em particular, passam a desempenhar importante centralidade. Neste contexto, a interconexão física do continente insere-se como estratégia de resposta às novas e crescentes demandas asiáticas *por commoditties*. Como exemplo destes projetos de infraestrutura regional em curso atualmente no continente, podemos citar o caso da Transoceânica, rodovia recém concluída que atravessa a Floresta Amazônica e a Cordilheira dos Andes até alcançar o litoral peruano constituindo um corredor de *commodities* dos produtos brasileiros para o mercado asiático (Melo, 2011).

Contudo, o atual projeto de integração regional da IIRSA têm sido marcado por um ordenamento territorial que concebe grandes áreas do espaço geográfico sul-americano como sendo “vazios demográficos”. Essa concepção oculta o fato de que muitas dessas áreas não apenas são ricas em biodiversidade como também são ocupadas tradicionalmente por populações socioculturalmente diversas. Nesse sentido, tem sido dominante uma visão onde a natureza, com seus complexos biomas e domínios morfoclimáticos, é compreendida como simples obstáculo a ser superado pela engenharia e, ainda, onde povos e comunidades as mais diversas tem seus territórios e suas vidas concebidas como sendo prescindíveis. Não por acaso, a expropriação de muitas populações de suas terras, bem como a ocorrência de inúmeros conflitos territoriais, tem sido recorrente na execução dos empreendimentos de integração de infraestrutura regional ora em curso. O conflito envolvendo populações indígenas contrárias a construção de uma estrada que atravessaria o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Secure (TIPNIS) para ligar a cidade de San Ignacio de Moxos à cidade de Vila Tunari, na Bolívia, foi um evento revelador das tensões produzidas por essa concepção de desenvolvimento dominante. No TIPNIS vivem diferentes etnias indígenas que, apreensivas com os impactos socioambientais que seriam gerados pela construção de uma estrada atravessando a reserva, organizaram forte onda de protestos contra sua implementação (Figueiredo, 2011).

Nesse sentido, consideramos que se torna importante perguntar: quais as escalas de ação são privilegiadas nos projetos da IIRSA? Quem são os atores sociais formuladores de seus discursos de desenvolvimento e integração regional e que interesses geopolíticos e econômicos disputam com essa regionalização? Essas visões

contemplam e atendem as demandas das populações localizadas nas áreas de influência de seus empreendimentos? Como as populações locais vivenciam os impactos socioambientais gerados pelos projetos da IIRSA? A implementação destes projetos entra em choque com tradições locais ou formas de organização, uso e ocupação do espaço estabelecido por atores sociais não-hegemônicos? Que contradições na produção social do espaço surgem entre o espaço concebido da IIRSA e o espaço vivido das territorialidades pré-existentes onde os empreendimentos da IIRSA são implementados?

Para buscar responder essas perguntas, na primeira parte do artigo apresentamos uma breve descrição da IIRSA e sua relação com a experiência brasileira dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) na década de 1990. Nesta parte do artigo, identificamos também que a noção de *Regionalismo Aberto* é um dos pilares conceituais da proposta da IIRSA. Por fim, apresentamos uma breve descrição dos Eixos de Desenvolvimento da IIRSA e as principais agências de fomento do projeto.

Na segunda parte do artigo, buscamos problematizar a concepção de desenvolvimento presente nos documentos oficiais da IIRSA a partir das contribuições de Massey (2004), Escobar (1996) e Quijano (2000). Para alcançar esse objetivo, destacamos trechos do discurso do presidente do BNDES no ano de 2003, uma das principais instituições financiadoras dos mega-projetos de integração de infraestrutura em curso na América Latina. Os documentos e pronunciamentos oficiais sobre a IIRSA foram analisados a partir da técnica da análise discurso. Conforme explica Gill (2002), apesar de existirem diferentes perspectivas de análise de discurso, estas possuem como ponto em comum a compreensão de que a linguagem não é uma forma neutra de refletir e descrever o mundo, ao contrário, atua de forma central na construção da vida social. No enfoque proposto por Gill e que incorpora contribuições de quatro vertentes da análise de discurso (correntes ligadas a semiótica social e estudos da linguagem, a teoria do ato da fala e análise de conversação, ao pós-estruturalismo e a análise retórica), considera-se que pelo termo “discurso” podemos entender “todas as formas de fala e textos, seja quando ocorre naturalmente nas conversações, como quando é apresentado como material de entrevistas, ou textos escritos de todo tipo” (Gill, 2002:247).

Em seguida, com auxílio das reflexões de Haesbaert (2000; 2002) e Dias (2000), problematizamos os conceitos de território e rede predominantes nas formulações da IIRSA e que nos permitem evidenciar a escala de ação prioritária desta iniciativa de integração. Por último, utilizamos os conceitos de espaço concebido e espaço vivido de Henri Lefebvre (1986) para sinalizar as contradições da atual fase de integração regional em curso na América Latina. Acompanhando essa chave analítica de Lefebvre, na parte final do artigo apresentamos uma descrição das principais atividades econômicas desenvolvidas e a serem desenvolvidas nas áreas de influências dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (espaço concebido), bem como uma descrição das principais territorialidades existentes nessas mesmas áreas (espaço vivido). Com isso esperamos oferecer uma reflexão sobre os dilemas da integração regional na América do Sul hoje evidenciando as tensões e conflitos sociais decorrentes do modelo de desenvolvimento predominante na atual lógica de integração.

A Iniciativa para Integração Física Sul-Americana (IIRSA)

A origem da IIRSA como uma estratégia de integração física da América do Sul capaz de inserir a região competitivamente na economia mundial remonta a década de 1990, quando foram formulados no Brasil os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID). A criação destes Eixos de Integração tinha por principais objetivos: a construção de um sistema integrado de logística capaz de promover a

competitividade dos produtos brasileiros; a incorporação de novas áreas do país à dinâmica do comércio global; e a consolidação da hegemonia política e econômica do Brasil na América do Sul. Assim, os Planos Plurianuais (PPA) do Governo Federal foram estabelecidos a partir da noção de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, em programas como: *Brasil em Ação* (1996-1999), *Avança Brasil* (2000-2003) e *Brasil de Todos* (2004-2007), que tiveram como destaque obras de infraestrutura para integração física do país, como a recuperação e construção de rodovias, a construção de hidrovias, instalação de gasodutos, entre outros (VERDUM, 2007).

A formulação da IIRSA, em grande medida, segue a experiência brasileira dos ENID, tendo por principal objetivo resolver o problema da fragmentação da infraestrutura física da América do Sul, uma vez que este seria um dos principais entraves para uma inserção mais competitiva da economia sul-americana no cenário internacional. A causa desta fragmentação da estrutura física do continente estaria ligada, sobretudo, a ausência de uma visão abrangente da América do Sul, que estaria sendo compreendida muito mais como um conjunto de países apartados entre si do que como uma unidade geoeconômica. Assim, como forma de superar esse problema da fragmentação, definiu-se uma estratégia de ação conjunta entre os 12 países da região, denominada de IIRSA (VERDUM, 2007).

Um dos princípios norteadores da IIRSA é o chamado *regionalismo aberto*, concepção que aponta justamente para a necessidade de redução das barreiras internas ao comércio, os gargalos na infraestrutura e nos sistemas de regulação e operação (IIRSA, 2011).

Como destaca Oliveira (2011), o conceito de *regionalismo aberto* surge na década de 1990, em um contexto marcado pela hegemonia das doutrinas neoliberais e pelo chamado *Consenso de Washington* e tendo como referência o documento *O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade* (CEPAL, 1994). Neste sentido, a proposta do regionalismo aberto acompanha as diretrizes liberalizantes orientadas para a redução unilateral das barreiras comerciais por parte dos países latino-americanos, uma integração regional compreendida como sinônimo de liberalização comercial. Essa orientação para integração regional pautada exclusivamente pelo viés comercial irá se expressar na IIRSA a partir da priorização de projetos de infraestrutura voltados para exportação de produtos primários, perpetuando a submissão em relação aos países especializados em manufaturas e serviços intensivos em tecnologia (Oliveira, 2011).

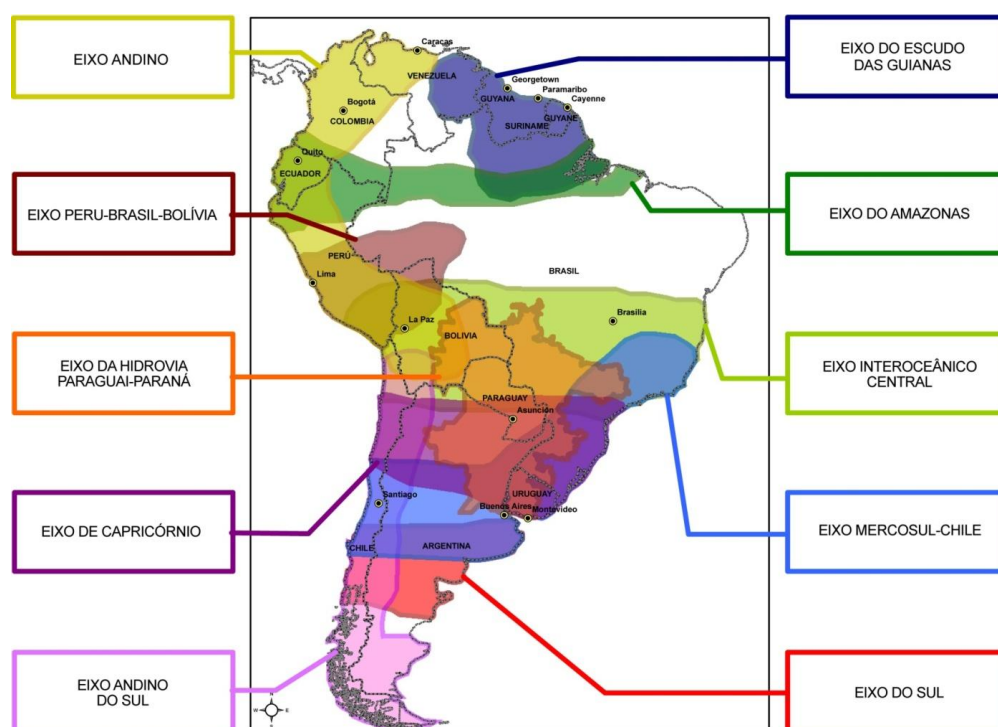
Este fato colocará em disputa dois modelos de desenvolvimento na região: o modelo primário-exportador de baixo valor agregado e baseado em produtos agrícolas e minerais, e o modelo de caráter mais desenvolvimentista que tem como preocupação a produção com agregação de valor a partir de atividades intensivas em tecnologia e conhecimento. Este debate evidenciará o padrão de desenvolvimento regional que passa a estar em disputa na região, bem como os atuais dilemas da inserção da América Latina na economia mundial.

A IIRSA é composta por 10 Eixos de desenvolvimento: o *Eixo Andino*, que atravessa e interliga Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia; o *Eixo Andino do Sul*, localizado na fronteira da Argentina com o Chile; o *Eixo de Capricórnio*, ligando Chile, Argentina, Paraguai e Brasil; o *Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná*, ligando Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai; o *Eixo do Amazonas*, interconectando Colômbia, Peru, Equador e Brasil; o *Eixo dos Escudos das Guianas*, conectando Venezuela, Guiana, Suriname e o extremo norte do Brasil; o *Eixo do Sul*, que corresponde a um corredor de integração conectando o Sul do Chile e da Argentina; o *Eixo Interoceânico*

Central, ligando o sudeste brasileiro, Paraguai Bolívia, norte do Chile e sul do Peru; o *Eixo Mercosul-Chile*, conectando Brasil, Argentina, Uruguai e Chile; e o *Eixo Brasil-Peru-Bolívia*. De um modo geral, o principal objetivo desses eixos é estabelecer corredores de desenvolvimento interligando a América do Sul do Atlântico ao Pacífico, a partir da construção de estradas, hidrovias e ferrovias, redes de comunicação, portos, aeroportos e construção de barragens hidrelétricas e integração energética.

Entre os principais agentes financiadores das obras e projetos da IIRSA podemos destacar o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Mapa 1
IIRSA: Eixos de Integração e Desenvolvimento



Fonte: Red Geoespacial de América del Sur (GeoSur/IIRSA)

Desenvolvimento e integração regional na perspectiva da IIRSA

Massey (2004) identifica que no pensamento ocidental existem concepções predominantes que concebem o espaço em “termos temporais”. Muitas das expressões utilizadas para qualificar diferentes espaços geográficos – expressões como “avançado”, “atrasado”, “moderno”, “em desenvolvimento” – apontam para uma compreensão das diferenças espaciais a partir de marcos temporais sequenciais. Trata-se, deste modo, de uma maneira de conceber as diferenças geográficas em termos de sequência histórica, em termos da posição que uma região do planeta ocupa na evolução linear da história dita mundial. Nesta perspectiva, prevalece uma compreensão espacial que subtrai a contemporaneidade do “Outro”, negando-lhe sua alteridade e impondo uma história de narrativa única (Massey, 2004).

Escobar (1996) busca compreender o desenvolvimento como um discurso produzido historicamente. O desenvolvimento, assim como o conceito de Terceiro Mundo, é compreendido pelo autor como uma representação social formulada no período Pós-Segunda Guerra Mundial, justificando, então, a aplicação de programas e políticas econômicas em países ditos “subdesenvolvidos”. Quando pensamos que “temos que nos desenvolver”, afirma Escobar (1996), este fato constata a vigência de uma ideia de desenvolvimento naturalizada nos nossos modos de sonhar, pensar e de ser. Isto ocorre na medida em que regiões do mundo como África, Ásia e América Latina foram inventadas a partir de um profundo processo simbólico e material como sendo subdesenvolvidas: fomos “inventados como subdesenvolvidos”, afirma o autor (Escobar, 2009:26). Nesse sentido, para Escobar a ideia de “desenvolvimento” deve ser vista como uma invenção geopolítica que tem por objetivo localizar indivíduos, grupos e territórios como “não-desenvolvidos” ou “subdesenvolvidos”, legitimando, assim, ações de suposto combate a essa condição.

Serão lógicas e conceituações de desenvolvimento como estas que figuram nos discursos oficiais sobre a IIRSA? Nossa hipótese é a de que ao buscarem privilegiar os fluxos que circulam no continente, interligando portos e integrando competitivamente a região aos mercados mundiais, os Eixos de Desenvolvimento da IIRSA configuram uma integração regional aberta aos mercados mundiais, mas que ignora as territorialidades de grupos sociais impactados pela implementação de seus empreendimentos.

No pronunciamento de Carlos Lessa, então presidente do BNDES, em 2003, é possível constatar a concepção de desenvolvimento e modernidade que tem predominado em projetos de integração como os da IIRSA.

Eu insisti muito para que o projeto Rio Madeira fosse apresentado nesse seminário (...) esse projeto era, da carteira dos nossos projetos, o que tinha mais o sentido da conquista do Oeste, o sentido da construção no interior do continente de um espaço de prosperidade e de um espaço articulado de expansão. Eu não sei se a energia dessas usinas será para Manaus, se irá numa ou noutra direção, mas estou absolutamente certo de que 4,8 mil quilômetros de aquedutos – 30 milhões de hectares de terras no Brasil, na Bolívia e Peru abertos à produção – representam para a história do continente um movimento em pequena escala do que foi a ocupação do velho oeste do continente norte-americano. Eu acho que é um gesto, um projeto que tem este significado de pôr a modernidade sul-americana na hinterlândia ainda não ocupada (BNDES, 2003).

O uso de expressões como “conquista do oeste” e “hinterlândia ainda não ocupada” atualiza mitos coloniais na medida em que concebe áreas do espaço geográfico sul-americano como sendo “vazios demográficos”. Neste sentido, tratando-se de espaços vazios ou não ocupados, a implementação e execução de grandes projetos de desenvolvimento encontra-se justificada. Assim, os maiores desafios para integração passam a ser os obstáculos naturais que cabe à engenharia resolver (cordilheira dos Andes, “selva amazônica”, rio Amazonas, Pantanal, entre outros). Como também expressou Carlos Lessa: “A cordilheira dos Andes é certamente uma beleza, mas é um terrível problema de engenharia” (BNDES, 2003). Entretanto, nessas áreas ditas “vazias” vivem vários grupos sociais que conformam múltiplas territorialidades.

Nesse sentido, verifica-se que o projeto de desenvolvimento regional materializado pela IIRSA reproduz e mantém a lógica da colonialidade do poder (Quijano, 2000). A colonialidade, conforme nos ensina o sociólogo peruano Aníbal Quijano, é um padrão de controle, hierarquização e classificação da população mundial, que afeta todas as dimensões da existência social e que tem no conceito de raça seu eixo estruturante. Segundo o autor, a colonialidade não se esgota no colonialismo, forma de dominação político-econômica e jurídico-administrativa das metrópoles europeias sobre suas colônias; expressa, mais que isto, um conjunto de relações de poder mais profundo e duradouro que, mesmo com o fim do colonialismo, se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios, são localizadas no mundo contemporâneo (Quijano, 2000; 2005).

A colonialidade, portanto, permeia ainda nos dias de hoje, a maneira como o espaço geográfico latino-americano tem sido concebido por nossas elites, pelo capital internacional e mesmo por muitos governos de alinhamento progressista, fato que produzirá reflexos na própria forma como as políticas de integração regional têm sido formuladas e executadas no continente.

A própria forma como os conceitos de território e rede são concebidos nos documentos oficiais da IIRSA revela essa dimensão da colonialidade que atravessa a formulação desta iniciativa de integração regional. Como veremos, predomina um entendimento de território apenas como substrato material, obstáculo geográfico a ser superado e, nesse sentido, prioriza-se apenas as escalas de ação regional da América do Sul em detrimento das escalas locais onde se configuram inúmeras territorialidades que acabam sendo invisibilizadas.

De um modo geral, as redes são definidas como instrumentos que viabilizam estratégias de circulação e comunicação e, portanto, encontram-se ligadas à ideia de mobilidade. Uma das principais propriedades das redes seria assim sua conexidade, uma vez que a interligação de pontos e nós seria sua função principal, estabelecendo uma solidariedade entre os mesmos. Os fluxos, então, pressupõem a existência de redes. Sendo assim, o desenvolvimento das redes acompanha a própria história das inovações técnicas e está relacionado aos avanços tecnológicos dos meios de transporte e comunicação, desde a construção de ferrovias e rodovias até as atuais infovias. As redes estão, portanto, associadas às ideias de integração, velocidade, redução das distâncias e organização, transformação e reestruturação de territórios. Entretanto, se por um lado as redes têm a capacidade de conectar e integrar, elas também tem o poder de excluir e marginalizar, uma vez que os organismos de gestão da rede não são neutros (Dias, 2000).

Na contemporaneidade, os fluxos, a fluidez e a circulação têm adquirido destaque e ênfase, sobretudo, no que diz respeito às redes de caráter mais instrumental que materializam a lógica das grandes corporações financeiras e do comércio transnacional, conferindo maior dinamismo, velocidade e eficiência aos mesmos. De um ponto de vista mais econômico e também “cartográfico” é possível apontar que predomina nesses casos uma lógica desterritorializadora onde entraves e constrangimentos locais buscam ser superados e distâncias físicas/cartográficas reduzidas. Nesta concepção de desterritorialização, o território é compreendido, sobretudo, como base material, espaço físico concreto (Haesbaert, 2002).

É preciso, entretanto, considerar que o conceito de território envolve o domínio ou controle político-econômico do espaço, mas também sua apropriação simbólica (território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado). Da mesma forma,

é fundamental compreender que o conceito de rede deve ser pensado sempre em sua articulação/interação com o conceito de território (binômio território-rede), uma vez que, ao mesmo tempo que as redes atuam no sentido de fortalecer e consolidar um determinado território, podem também, em outras escalas, funcionar como elemento desorganizador e desestruturador de outros territórios (Haesbaert, 2002).

Em uma escala regional-continental, ou mesmo uma escala mundo, pode-se observar, no caso da IIRSA, processos onde as redes atuam como um elemento de integração e fortalecimento de um território, abrindo a possibilidade de uma nova inserção da América do Sul na economia mundial. Considerando uma escala local, entretanto, é o território que possivelmente se constitui como um elemento da rede, atuando como um nó da mesma (Haesbaert, 2000). Assim, no caso da lógica territorial da IIRSA, considerando um nível de análise mais local, possivelmente, são os processos de desterritorialização que têm sido predominantes, uma vez que os fluxos dessas redes acabam por desorganizar e desestruturar territorialidades previamente estabelecidas.

Nesse sentido, pensamos que ao fazer prevalecer uma visão economicista do território na qual este é compreendido apenas como base material para instalação de redes e vias de circulação que permitirão a superação dos constrangimentos “geográficos”, a lógica de integração e regionalização da IIRSA prioriza apenas a escala de ação e de territorialização das grandes corporações econômicas, ignorando e desestruturando territorialidades de grupos não-hegemônicos situados em escalas locais. Por conseguinte, a ocorrência de situações de violência e conflito social não são poucas. Contraditoriamente, os conflitos sociais acabam por trazer visibilidade a atores sociais não-hegemônicos e historicamente invisibilizados.

Lefebvre (1986) destaca que a produção social do espaço se realiza a partir dos múltiplos entrecruzamentos entre a tríade composta pelo espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido. O espaço percebido está relacionado com as práticas espaciais estabelecidas diariamente a partir do trabalho, do lazer, da vida privada e das redes e percursos que os interligam. No espaço concebido (representações do espaço) predomina o domínio lógico-racional e estratégico-funcional do espaço. Trata-se do espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas e atores hegemônicos, um espaço relacionado com a ordem e desvinculado da dimensão do vivido. O espaço vivido (espaço da representação) seria o espaço cotidianamente apropriado por seus “habitantes” e “usuários”, trata-se de um espaço apropriado simbolicamente e afetivamente e onde prevalece o sentido de pertencimento e o valor de uso.

Assim, ao levarmos em consideração a IIRSA enquanto espaço concebido e as territorialidades pré-existentes de grupos não-hegemônicos enquanto espaço vivido, estabelecemos um caminho analítico para identificar e qualificar os dois vetores contraditórios da atual fase da integração regional da América do Sul.

Entre o Espaço Concebido e o Espaço Vivido

Em levantamentos realizados pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO-UFF) foram identificados, em pesquisas de caráter ainda exploratório, 1.347 territorialidades, ao longo dos Eixos de Desenvolvimento da IIRSA, a saber: 664 comunidades indígenas; 247 comunidades camponesas; 146 comunidades de afrodescendentes e seus quilombos, pallenques, cumbes; 139 comunidades de populações tradicionais (junqueiros, mariscadores, ribeirinhos, pescadores, cipozeiros, caiçaras, mulheres quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses), além de 60 Organizações Sociais (Sem-teto, Desempregados, Associações de Moradores), 59 Organizações Ambientistas e 19 Outras (Mineiros, Mulheres, etc.).

As comunidades indígenas se destacam com 50% do total das territorialidades, sendo que 78% dessas territorialidades indígenas estão localizadas em apenas 4 países: Brasil (194), Venezuela (124), Paraguai (120) e Bolívia (80).

Os camponeses vêm em segundo lugar, com 18,3 % do total das territorialidades, sendo sua distribuição um pouco mais dispersa entre os países, ainda que o Paraguai com 65, o Equador com 44, a Bolívia com 33 e a Argentina com 29 territorialidades identificadas mereçam ser destacados.

Os afrodescendentes compõem com 11% do total das territorialidades em 5 países com destaque para o Brasil com 73,9% do total. É interessante observar que no caso brasileiro essa distribuição se dá tanto nos eixos Inter-oceânico Central, Mercosul-Chile e Capricórnio, na região centro-sul do país, como no Eixo Amazonas ao norte.

As populações tradicionais, com 10% do total das territorialidades, merecem destaque haja vista implicar diferentes modalidades camponesas que reivindicam identidades específicas como as de seringueiros, faxinalenses, mariscadores, junqueiros, cipozeiros e outras. O Brasil com 87 comunidades identificadas, o Chile com 25 e o Peru com 13 se destacam.

Entre as organizações ambientalistas, num total de 64 casos identificados, foram consideradas somente aquelas que operavam à escala supra-local, ou seja, regional ou nacional, em apoio a grupos/etnias ou a ecossistemas específicos. Nesse caso, merecem destaque a Argentina com 18 organizações, o Chile com 15, o Uruguai com 14 se destacam.

Identificamos ainda 60 organizações sociais que se dedicam, sobretudo, a grupos sociais urbanos subalternizados e em situação extremamente precária, como populações sem teto, faveladas e desempregadas. O Paraguai com 24 dessas organizações e a Argentina com 20 são os maiores destaques.

É importante destacar que embora as populações implicadas nessas territorialidades sejam relativamente pequenas no conjunto das populações de alguns países, como o Brasil, Uruguai e Argentina, abarcam áreas não só extensas como também ricas em biodiversidade e em água. Sendo assim, são regiões estratégicas ocupadas por populações tradicionais que resignificam o sentido tanto da modernidade como da tradicionalidade, o que coloca sérios desafios, sobretudo quando se vê nos documentos oficiais da IIRSA serem essas áreas tratadas como “vazio demográfico” ou por possuírem “terras relativamente baratas” ou “terras disponíveis”.

Os documentos oficiais da IIRSA caracterizam aspectos demográficos, econômicos e acerca do potencial de desenvolvimento dos diferentes Eixos de Desenvolvimento que estruturam o mega-projeto.

Em relação aos “aspectos demográficos” o documento informa os números absolutos de população na área de influência, valor percentual em relação à soma da população dos países que integram o eixo. Contudo, não apontam maiores informações sobre as diferentes populações que habitam as áreas ao longo desses Eixos e, tão pouco, seus modos de vida e de produção.

Em relação aos “aspectos econômicos” são identificados os principais produtos de exportação da área de influência de cada Eixo de Desenvolvimento e as atividades econômicas que possuem perspectiva de crescimento. Verifica-se que a concepção de desenvolvimento que norteia esses documentos é compreendida como algo quase exclusivamente de natureza econômica, sendo que as regiões são analisadas em função das oportunidades de negócios e dos obstáculos que eventualmente se colocam, segundo seus termos, para o seu êxito. Nesses termos, o potencial de desenvolvimento é justificado segundo o mercado consumidor em milhões de habitantes.

É possível observar que o lugar de enunciação do discurso que emana do

documento da IIRSA se mostra evidente quando consideramos sua escala de análise: não se parte do espaço local, nem das sub-regiões, ou seja, não se parte do concreto, das territorialidades existentes. Ao contrário, o documento opera à escala da América do Sul, que integram vários países ou regiões dos diferentes países. Essa opção de escala de análise revela/esconde os sujeitos/grupos/classes sociais e etnias implicados no espaço geográfico. Na verdade, os gestores e sua preocupação com as condições gerais de produção, assim como a burguesia, sobretudo a que opera à escala supra-local e, mais especialmente as corporações que operam à escala transnacional, são privilegiados no documento que silencia sobre outras territorialidades, principalmente as que se caracterizam pelo uso comum das condições naturais, como os povos indígenas, as populações tradicionais (pescadores, ribeirinhos, mariscadores entre tantos outros) os afrodescendentes (quilombolas, maroons, cimarrones) e vários grupos camponeses que têm relevância para o debate ambiental não só pela extensão de terras que ocupam, mas também pela qualidade dessas terras em termos de biodiversidade, água e, no caso específico de nossa região, pela ampla disponibilidade de energia solar, haja vista a maior extensão das terras estarem em zona tropical. Noções descritivas genéricas presentes nos documentos, como as de “espaço consolidado” e “espaço em consolidação”, trazem em seu bojo uma visão preconcebida que ignora os espaços realmente existentes e seus povos.

Por se tratar de um mega-projeto de infraestrutura física envolvendo basicamente grandes vias de transportes e comunicação, portos, aeroportos e energia, a IIRSA privilegia a exportação de matérias-primas agrícolas e minerais e não produtos com alto valor agregado que, por sua própria natureza, tendem a ser produzidos nas áreas de maior desenvolvimento capitalista e os custos de transportes tendem a ser menores.

Os conflitos que vêm se desenvolvendo e tendem a ser intensificados com a expansão capitalista através da IIRSA atualizam a história de longa duração e sua colonialidade ao ignorarem a presença de outras territorialidades.

A ideia de “vazio demográfico” permite que não haja de antemão empecilhos para o andamento do planejamento e execução do projeto. Contudo, os diferentes projetos de infraestrutura afetam a disposição das populações que habitam esses espaços. Considerar essas duas perspectivas – a do “espaço concebido” do documento oficial da IIRSA e a do “espaço vivido” com suas múltiplas territorialidades – nos permite vislumbrar cenários que, tudo indica, reproduzirão no futuro as tensões territoriais que vêm caracterizando a formação social latino-americana, em geral, assim como a sul-americana em particular.

A análise que segue deixa de lado as descrições das áreas e seu dimensionamento que podem ser lidas nos documentos *IIRSA 10 anos despues: sus logros e desafios* (IIRSA, 2011) e *Planificación Territorial Indicativa: Cartera de proyectos IIRSA 2010* (IIRSA, 2010) e se concentra nas atividades que são apresentadas como as que devem ser desenvolvidas a partir dos corredores de desenvolvimento. A partir da consideração da área de influência de cada Eixo de Integração e Desenvolvimento, tal e como definidos pelos documentos, buscamos identificar as múltiplas territorialidades existentes nessas áreas. Com isso, oferecemos a possibilidade para que as políticas que venham a ser empreendidas supram o silêncio e a invisibilização dessas populações e, deste modo, se antecipem aos conflitos que vêm se tornando intensos nos últimos anos e tendem a se intensificar ainda mais haja vista a demanda internacional por minérios, terras, águas e de recursos genéticos, assim como mudanças climáticas e outros temas ambientais que se colocam no horizonte geopolítico mundial.

O Espaço concebido do Eixo do Amazonas

Este Eixo de Integração e Desenvolvimento estabelece a conexão entre portos localizados no oceano Pacífico, como por exemplo, os portos de Buenaventura na Colômbia, Esmeraldas no Equador e Paíta no Peru, e os portos brasileiros de Manaus, Belém e Macapá. Trata-se de uma área caracterizada como sendo de baixa densidade populacional, de grande diversidade topográfica e atravessada pelo rio Amazonas e seus afluentes (IIRSA, 2011). Do ponto de vista econômico destaca-se nesse Eixo que:

Entre os cinco principais produtos exportados pelos países do Eixo do Amazonas, o petróleo cru é o mais importante, representando aproximadamente 11,76% do valor total exportado em 2008 pelos cinco países, e 34,26% do valor exportado pelos mesmos países entre os cinco primeiros produtos, seguindo em importância as exportações de minério de ferro não aglomerado e seus concentrados (com 3,88% do valor total exportado). O terceiro, quarto e quinto lugar são ocupados, respectivamente, pelos grãos de soja, pelo minério de cobre e seus concentrados e os derivados do petróleo (IIRSA, 2010:69).

Quanto ao “potencial de desenvolvimento do eixo” os documentos oficiais registram que:

A construção, adequação ou melhoramento de obras de infraestrutura pode gerar impactos biogeofísicos e socioeconômicos sobre a área de influência dos mesmos. Temas como o avanço da fronteira agrícola com o consequente desmatamento e os conflitos que isso gera pelo uso do solo e dos recursos naturais, pela integração das comunidades isoladas; assim como mudanças climáticas em níveis mundial e regional ou mudanças na qualidade da água, são fatores que devem ser analisados cuidadosamente na Amazônia. Em uma avaliação realizada em 2006 sobre os projetos IIRSA incluídos na “Agenda Consensuada”, conclui-se que o eixo com maior sensibilidade era o Eixo Multimodal do Amazonas (IIRSA, 2010:72).

Na verdade, a Amazônia sempre se apresentou como uma região de enorme interesse mundial, aliás, assim o é desde o período colonial, embora hoje também o seja tanto por razões ecológicas – biodiversidade, água, fotossíntese, equilíbrio climático; tecnológicas – o novo vetor da biotecnologia e a valorização do germoplasma e culturais a enorme variedade de povos que habitam a região. Enfim, a Amazônia se constitui naquilo que vem sendo chamado como *hot spot*, área de grande interesse por atores vários de várias escalas de diferentes lugares do mundo. E no jogo de escalas se esconde complexas relações e poder. Registre-se que esse Eixo abriga uma extensa sub-área, o contraforte andino-amazônico, de mega-diversidade biológica e habitada por variados grupos camponeses e indígenas, muitos dos quais se consideram voluntariamente livres, ou com isolamento voluntário, embora sejam considerados como grupos isolados.

È interessante destacar, nesse sentido, que os documentos sinalizam que o potencial de desenvolvimento do Eixo deveria estar focado em atividades agrárias, florestais e turísticas, com clara preocupação em relação ao caráter sustentável das atividades econômicas que ali se desenvolverem:

A visão estratégica da região deveria ser enfocada no fortalecimento das atividades agrárias, florestais e turísticas como pilar da economia regional. Este enfoque implica na implementação de esforços para modernizar a agricultura, otimizar a articulação entre os locais de produção e os mercados, identificar e desenvolver zonas de atividade agroturística, melhorar as condições empresariais para a criação de agroindústrias e garantir que o desenvolvimento econômico seja propenso à conservação dos recursos naturais e da biodiversidade da região e à integração igualitária das comunidades isoladas. [...] Nesse contexto, a região se vê forçada à necessidade de implementar estratégias de médio e longo prazos que, por um lado, garantam a sustentabilidade do meio ambiente e, por outro, aproveitem as potencialidades existentes para alcançar um maior nível de atividade econômica (IIRSA, 2010:72-73).

O Espaço vivido: sobre as territorialidades do Eixo do Amazonas

A área de influência do Eixo Amazônico abriga uma grande variedade de comunidades camponesas (ribeirinhos, castanheiros, balateiros, mulheres quebradeiras de coco babaçu), povos indígenas e comunidades quilombolas estas, sobretudo no Brasil nos estados do Pará e do Amapá e nas florestas do litoral do Pacífico sul colombiano onde mais de 80% da população é de origem africana. Além da riqueza de biodiversidade que é grande na Amazônia, conforme apontam reiteradamente diferentes documentos científicos, é preciso registrar a mega-biodiversidade dos contrafortes andino-amazônicos que, ademais, é rico em minérios e petróleo. Os povos originários correspondem a 54% das territorialidades identificadas. É de se registrar a presença de organizações que sendo de base local se articulam nacional e até mesmo internacionalmente como são os casos da COICA - Coordenadora de Organizações Indígenas da Cuenca (Bacia) Amazônica; da CONAIE – Coordenadora das Nacionalidades Indígenas, do Equador; da CONACAMI – Coordenadora de Nacional de Comunidades Afetadas pela Mineração, no Peru; do Conselho Nacional dos Seringueiros, do Brasil; do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens e do PCN – Processo de Comunidades Negras da Colômbia, para nos atermos às que são reconhecidas internacionalmente. Interessa destacar algumas identidades sociais novas, como “atingidos por barragens” e “afetados pela mineração”, que vêm se configurando exatamente contra os mega-projetos em que o Estado vem atuando em apoio a grandes corporações ignorando as territorialidades pré-existentes. Observemos que não se tratam de identidades essencialistas, haja vista que não se reivindicam nenhuma essência prévia, mas que envolvem grupos sociais diversos cuja identidade comum advém do impacto externo a que são submetidas.

Tratando-se de uma região com riquezas tão diversas, chama a atenção no documento oficial o destaque dado ao petróleo, recurso que já vem sendo alvo de conflitos como os que envolvem os blocos em torno do Parque Nacional de Yasuny, nos

contrafortes andino-amazônicos do Equador.

É possível identificar no documento a sensibilidade geopolítica implicada nessa área amazônica por toda sua importância para o equilíbrio climática global, sua riqueza em biodiversidade e água, enfim, o tema ambiental tem uma relevância particular nesse eixo. Esse vetor ecológico da geopolítica global se entrecruza com o que poderíamos chamar vetor tecnológico, sobretudo com o da biotecnologia em que o germoplasma se torna uma nova fronteira de interesse do capital e de conhecimento. Esse novo quadro geopolítico quebrou um verdadeiro consenso que até a década de 1970 parecia comandar a nova fase da expansão capitalista na região, com o desmatamento para a criação de gado e exploração madeireira e tem aberto um campo de possibilidades para a ação política supra-local de organizações de base local.

Nessa perspectiva, no Eixo de Integração e Desenvolvimento do Amazonas, a imbricação de lutas sociais nas mais diferentes escalas (local, regional, nacional e global) encontra-se mais aberta do que em qualquer outra área, e o documento oficial da IIRSA reconhece essa dimensão. Desde que o movimento dos seringueiros, nos anos 1970, desencadeou lutas locais contra a expropriação de suas terras/florestas e articulou com o movimento sindical e ambientalista associando as suas lutas por reforma agrária introduzindo o debate das territorialidades, com suas Reservas Extrativistas, que novas configurações políticas começaram a se desenhar. Relembremos que já nos anos 1980 o movimento dos seringueiros estabelece uma aliança com o movimento indígena através da Aliança dos Povos da Floresta articulando as lutas sociais com a luta ambientalista. Os estudos de Arturo Escobar e Líbia Grueso para Colômbia mostram a mesma configuração para a região do Pacífico sul daquele país e chama a atenção para as comunidades negras dos *pallenques* em luta contra a expropriação pelo avanço das monoculturas de palma em áreas de florestas tropicais.

Muitas das obras deste eixo implicam modificações principalmente nos sistemas hidrográficos (ampliação de portos, melhoria na navegabilidade de rios, terminais fluviais, hidrelétricas) o qual tem uma influência direta nas territorialidades existentes, tanto dos povos indígenas no seu vínculo com rios, como de ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas, camponeses e outros. É importante ter em conta que nesta região se encontram altos índices de violência na Colômbia, no Brasil e no Peru (Bagua, em 2009). Os conflitos de Belo Monte, no rio Xingu envolvem camponeses, indígenas e ambientalistas e essa coalizão de movimentos sociais vem se multiplicando e não só na região, conforme se pode ver a *Guerra del Agua* em Cochabamba, na Bolívia, (Eixo Interoceânico Central).

Observemos que a tensão geopolítica constitutiva da América Latina se mostra aqui claramente no caso recente da construção da hidrelétrica de Belo Monte, quando a OEA volta a ser invocada por ações impetradas pelas organizações de base local e seus aliados minando os esforços da Unasul de exercer sua hegemonia territorial.

O Espaço concebido do Eixo Peru-Brasil-Bolívia

O Eixo de Integração e Desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia possui em sua área de influência os principais pontos de conexão com a tríplice fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru. Em relação às principais atividades econômicas deste Eixo, destacam-se:

Entre os cinco produtos mais exportados pelos países do Eixo Peru-Brasil-Bolívia, o petróleo cru é o mais importante, (...) seguido em importância pelas exportações de minério de ferro não aglomerado e seus concentrados (...). O terceiro, quarto e o

quinto lugares foram ocupados, respectivamente, pelos grãos de soja, o minério de cobre e o ouro (IIRSA, 2010:231).

Como ressalta os documentos oficiais, é importante salientar que sendo esta uma área de baixa densidade demográfica e afastada dos grandes centros economicamente consolidados, a estratégia apontada para alcançar o desenvolvimento sustentável na região deve incentivar o fortalecimento das atividades agrárias, florestais e turísticas. Contudo, destaca-se que essa é uma área promissora para o desenvolvimento de atividades dos setores agropecuários, floresta e mineiro, uma vez garantidas melhorias tecnológicas e otimização das redes viárias (IIRSA, 2010; 2011). Aqui é interessante ressaltar que embora esse Eixo seja o que “tem a menor densidade demográfica” tem as mesmas perspectivas de desenvolvimento que foram apresentadas para o Eixo mais dinâmico, o Interoceânico Central, inclusive com argumentação literalmente igual.

O espaço vivido: sobre as territorialidades do Eixo Peru – Brasil – Bolívia

Quanto às territorialidades, este eixo deve ser considerado, assim como o Amazônico, como um dos mais sensíveis, haja vista ser a região em que a ocupação colonial se deu mais tardiamente¹ como também é a mais interiorizada entre todas as regiões em que a IIRSA vai se fazer presente. Abrange uma área onde se desencadeou um dos mais importantes movimentos sociais que inaugurou uma nova fase das lutas sociais que articula as escalas local, regional, nacional e global, como é o caso do movimento dos seringueiros do Acre. Além de temas sensíveis como o do desmatamento, é importante sublinhar que se trata de uma área em que a diversidade biológica é das maiores do planeta, haja vista que abarca os contrafortes andino-amazônicos e é uma área onde há povos livres ou não contatados ou em isolamento voluntário. Ao mesmo tempo, como o documento oficial da IIRSA destaca, é uma área rica em minérios que, nos últimos anos, já vem sendo palco de conflitos violentos envolvendo mineração e povos indígenas e comunidades camponesas, como o caso de Bagua, em 2009, e, em abril de 2011, na província de Islay (Arequipa) envolvendo o Projeto de mineração de Tia Maria, ambos no Peru.

O Espaço concebido do Eixo Andino

O Eixo Andino abrange as principais conexões entre Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela e institucionalmente encontra-se situado na área do bloco econômico da Comunidade Andina de Nações (CAN). As economias dos países deste Eixo caracterizam-se pela forte presença do setor primário e industrial, mas também por um setor de serviços que vem apresentando uma taxa de crescimento dinâmica (IIRSA, 2010).

Entre os cinco principais produtos exportados pelos países do Eixo Andino, o petróleo cru é o mais importante, representando cerca de 59,34% do valor total exportado em 2008, seguido em importância pelas exportações de minério de cobre (com 3,94% do total exportado). O terceiro, o quarto e o quinto lugares são ocupados, respectivamente, pelos derivados de petróleo, ouro e gás natural. Somando os cinco principais produtos exportados por cada país alcançam-se 79,16% em valor do total exportado pelos países que integram o Eixo Andino para 2008 (IIRSA,

2010:94).

Em relação ao “potencial de desenvolvimento”, os recursos minerais e a potencialidade energética da região são destacadas como importantes atividades.

Grandes quantidades de recursos minerais (ferro, bauxita, cobre, bronze, silício, ouro, prata e pedras preciosas, entre outros), que estão localizados na zona andina, já que na Cordilheira dos Andes se encontra a unidade tectono-magmática do geossinclinal andino que constitui uma das zonas mais mineralizadas do mundo. [...] Os países do eixo apresentam significativos excedentes energéticos em petróleo, gás e hidreletricidade o que constitui uma base competitiva para indústrias intensivas em energia: alumínio, aço, metal-mecânica. Esta riqueza também permite pensar em um potencial de desenvolvimento de serviços e tecnologias associados ao setor energético (IIRSA, 2010:97).

Assim como nos Eixos do Amazonas e Peru-Brasil-Bolívia, o potencial econômico proporcionado pela biodiversidade da região também é destacado no Eixo Andino. Além disso, ressalta-se no documento a importância estratégica dos conhecimentos tradicionais sobre o uso e conservação da biodiversidade que as inúmeras sociedades que vivem no local possuem. Neste contexto, a exploração sustentável da floresta e o desenvolvimento de produtos farmacêuticos são apontando como atividade potencial para a área. Por fim, identifica-se que a região possui grande potencial turístico cultural, histórico e ecológico dada a importante herança das civilizações pré-colombianas e da grandiosidade de seu mundo natural (IIRSA, 2010:97).

O Espaço Vivido: sobre as territorialidades do Eixo Andino

Quanto às territorialidades, a região do Eixo Andino abarca uma enorme complexidade, haja vista ser uma área que implica locais altamente urbanizadas e, ao mesmo tempo, áreas que abrigam populações negras, como o Pacífico colombiano, e povos originários (63% do total das territorialidades identificadas), além de populações camponesas há décadas envolvidas em conflitos intensos, inclusive armados, sobretudo na Colômbia. Merece destaque, nesse eixo, o fato de o documento oficial da IIRSA enfatizar, ainda que numa perspectiva de enorme reducionismo econômico, às culturas desses grupos sociais e etnias o que, na verdade, implica o reconhecimento das históricas lutas travadas na região cuja conflagração ainda hoje gera enorme instabilidade política, sobretudo na Colômbia, mas também nas áreas de expansão capitalista, ou seja, nos *fronts* com/contra outras territorialidades. Tanto no Peru (Bagua e Yslay entre tantos outros), como Equador (Yasuny) e na Venezuela (Yukpa, na Serra de Perijá) há conflitos envolvendo empresas de mineração contra camponeses e povos originários.

Para que se tenha ideia da pressão desse quadro sobre essas territorialidades observemos o destaque que a grande riqueza de hidrocarburetos adquire.

As reservas de hidrocarburetos nos países do Eixo Andino são mais de quatro vezes às dos Estados Unidos e oito vezes as do Mercosur em seu conjunto. Em 2003, as reservas provadas eram

de 84.8 mil milhões de barris. Na década de 1991 a 2003, as reservas se incrementaram em 55,5%, enquanto a Bolívia e o Equador quadruplicaram seus níveis iniciais. A Venezuela possui 91,2% das reservas provadas do Eixo e 75,1% das exportações “em geral, os setores de hidrocarbonetos e mineração são os que serão os maiores receptores de investimentos no Eixo, o que implica que existe necessidade de trabalhar uma agenda ambiental muito importante associada a ambas atividades (IIRSA,2008: 23).

A região deve ser vista ainda como uma das mais complexas na medida em que se sobrepõe especificamente sobre ela a tensão geopolítica clássica envolvendo a superpotência estadunidense, presente militarmente através do Plano Colômbia.

O Espaço concebido do Eixo Interoceânico Central

O Eixo Interoceânico Central atravessa transversalmente a América do Sul incorporando os principais portos do Pacífico e do Atlântico e conectando importantes centralidades entre Bolívia, Brasil, Chile, Paraguay e Peru. Em relação às principais atividades econômicas presentes na área de influência do Eixo Interoceânico Central destaca-se que:

Entre os cinco principais produtos exportados pelos países do Eixo Interoceânico Central, o cobre refinado (incluído o refundido) é o mais importante (...), seguido em importância pelas exportações de minério de cobre e seus concentrados (com 5,79% do total exportado). O terceiro, o quarto e o quinto lugares são ocupados, respectivamente, pelo óleo cru de petróleo, os grãos de soja, e os minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (IIRSA, 2010:185).

Em relação ao potencial de desenvolvimento do Eixo, destaca-se que as atividades que continuarão crescendo, segundo o documento oficial são:

(1) Atividades vinculadas à expansão da produção agrícola, em especial, soja, milho e cana-de-açúcar; (2) Atividades vinculadas à industrialização de produtos do campo, em particular derivados de soja, milho e cana-de-açúcar, entre outros; (3) Atividades vinculadas à produção mineira especialmente de cobre, ouro e molibdênio; (4) Atividades vinculadas ao transporte da produção até e nos portos de embarque, em particular a exploração por concessão de ramais ferroviários, e a operação de terminais multimodais; (5) Atividades vinculadas à ampliação da capacidade operacional do sistema de transporte e sua manutenção; (6) Atividades vinculadas de produção e transporte e (7) Atividades vinculadas à mitigação de impactos ambientais derivados da necessidade de o desenvolvimento desta região ser concebido de um modo sustentável. (IIRSA, 2010:189).

O Espaço Vivido: sobre as territorialidades do Eixo Interoceânico Central

São múltiplas as territorialidades que estão sendo afetadas no Eixo Interoceânico Central pelo processo de desenvolvimento e cujos conflitos tendem a se intensificar com as obras da IIRSA. O documento oficial da IIRSA, ao assinalar as oportunidades que se abrem com os novos mercados, com o aumento dos preços das *commodities* e vendo as terras como “relativamente baratas” projeta confrontos com mais de 100 comunidades indígenas, mais de 50 comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, como as de pescadores (inclusive caiçaras) e de faxinalenses², estas particularmente no estado do Paraná.

Com relação às comunidades e povos indígenas há coordenações por região, etnias e famílias/troncos linguísticos, movimentos e organizações indígenas em diferentes escalas, assembleias específicas de determinados povos que podem ser interlocutores, pois já vêm se organizando em função das tensões já em curso. Muitas das entidades que atuam em apoio a esses grupos sociais e etnias pautam temas como agroecologia e a demarcação dos territórios. Registramos, ainda, entre as territorialidades urbanas cujos grupos sociais, que ora se apresentam como comunidades de favelas ou de sem-teto, apontam para a saturação das cidades, o déficit habitacional, a inconsistência das políticas públicas para habitação, agravados pela especulação imobiliária desenfreada. Há que se considerar, nesse caso, que muitos dos conflitos urbanos têm sido desencadeados não pelas obras de infraestrutura ligadas à IIRSA, mas pelas obras de preparação para as Olimpíadas de 2016 e para a Copa do Mundo de 2014.

O Espaço concebido do Eixo Mercosul-Chile

A área de influência do Eixo Mercosul-Chile atravessa a América do Sul incorporando importantes centros econômicos, cidades e portos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Cabe destacar que do ponto de vista institucional a área de influência do Eixo é marcada pela união aduaneira do Mercosul, processo de integração que já encontra-se em curso há 19 anos.

Esta é uma área que se destaca pelo grande crescimento das exportações nos últimos 8 anos (205,8%), onde predomina basicamente a exportação de produtos primários como cobre, petróleo, grãos de soja, óleos. A importância central deste Eixo está na passagem interoceânica que permite as exportações também pelo Pacífico, circuito que já existe, mas que é chave para o aumento das exportações futuras considerando o peso dos mercados asiáticos. Em relação ao potencial de desenvolvimento do eixo é possível destaca-se que:

Para o futuro está prevista a continuação do esquema de desenvolvimento baseado em uma combinação de alta produção da agropecuária, agroindústria, indústria de transformação e prestação de serviços diversos. A alta produção agropecuária, por sua vez, criará novas pressões sobre a infraestrutura existente. Especialmente está previsto o crescimento de cidades intermediárias com o qual serão gerados ou aumentados aos poucos novos fluxos de transporte e novas necessidades de integração (IIRSA, 2011:74).

O Espaço Vivido: sobre a territorialidades do Eixo Mercosul-Chile

Como é possível observar, este Eixo atravessa áreas centrais da acumulação capitalista na América do Sul, como o Sudeste e Sul do Brasil, o Uruguai e o Pampa argentino. Todavia, 53% das territorialidades identificadas envolvem populações quilombolas (sobretudo no Brasil), camponeses e populações tradicionais como pescadores, faxinalenses, cipozeiros e outras. Merece destaque o conjunto de organizações sociais e ambientalistas de base urbana que não só atuam junto às populações de periferias urbanas (infância, sem-teto, desempregados, piqueteros) como também em causas ambientalistas em apoio a populações ribeirinhas e outras. A capacidade de mobilização social desses grupos ganhou grande notoriedade no conflito no rio Uruguai, na fronteira argentino-uruguaia (Gualeguaychú-Fray Bentos), envolvendo a empresa finlandesa UPM-Kymmene (ex-Botnia), e sua fábrica de celulose e os latifúndios monocultores de eucalipto e/ou *pinnus*. Todavia, esse conflito em torno dos latifúndios monocultores de exportação se reproduz em diferentes áreas desse Eixo, como no vale do Paraíba, no norte do Espírito Santo.

As territorialidades camponesas se destacam principalmente no Sul do Brasil (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), no Paraguai e no interior da Argentina. Tal como no caso do Eixo Capricórnio, grande parte deste espaço coincide com a expansão do monocultivo da soja, que vêm ameaçando comunidades camponesas e indígenas, com muitos conflitos por terras. O fato de muitas terras já serem incluídas no modelo agroexportador, muitas desde sua conformação no século XIX e início do XX, como no Pampa úmido argentino, a incidência camponesa é menor e se sobrepõem os movimentos ambientalistas como resposta a esse mesmo modelo agropecuário com suas fumigações, perda de soberania alimentar, contaminação.

Há que considerar, ainda, as territorialidades dos povos originários, distribuídos de forma bastante regular, como os guarani com peso maior no sul Brasil e Paraguai. Os territórios dos indígenas *diaguita* no norte do Chile e Argentina tem sido palco de um conflito em função da implantação do mega-projeto *Pascua Lama*, da empresa transnacional canadense *Barrick Gold Corp* que, entre outras questões, implica usos distintos para um recurso limitado, no caso, a água.

O Espaço concebido do Eixo de Capricórnio

A área de influência do Eixo de Capricórnio situa-se ao longo do trópico de mesmo nome, abrange cinco países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguay) e possui caráter bioceânico, uma vez que conecta zonas portuárias do Atlântico e do Pacífico. As atividades econômicas mais importantes nesse Eixo encontram-se relacionadas com os setores primário e industrial. A região conta também com grandes quantidades de recursos minerais (cobre, ferro, prata, e pedras preciosas entre outros), localizados na zona andina, apresenta grande vocação para a agricultura e possui, ainda, importantes excedentes energéticos ligados a hidreletricidade e gás natural (IIRSA, 2010). A área de influência do Eixo é considerada nos documentos como relativamente pouco povoada, mas com grande capacidade e potencial de desenvolvimento. Já em relação as perspectiva de desenvolvimento destaca-se que, em médio prazo, a dinâmica econômica do Eixo de Capricórnio será caracterizada pelo, “(1) intercâmbio energético; (2) pelo aumento do transporte de cargas-passageiros e (3) pelo desenvolvimento das sub-regiões do Eixo associadas à agricultura (soja), à indústria metal-mecânica e às atividades extrativas metalíferas e não-metalíferas” (IIRSA, 2010:124).

O Espaço Vivido: sobre as territorialidades do Eixo capricórnio

Como é possível observar, o diagnóstico e as perspectivas caracterizam o potencial de desenvolvimento deste Eixo estão centrados nas atividades que já estão gerando conflitos na região, sejam as extrativistas, sejam os monocultivos de soja e milho ou de matéria-prima para celulose, que confrontam com as territorialidades existentes (no caso da mineração tem sido incompatível diretamente com os assentamentos humanos de povos inteiros, como no caso dos *diaguita*, o que tem levado à conformação de “*asambleas ciudadanas*”).

As territorialidades camponesas se localizam em um contínuo que inclui o Chaco – tanto argentino, como paraguaio e boliviano – além do sul do Brasil e o nordeste argentino que tem uma história de larga duração de colonização camponesa e os vales da cordilheira dos Andes, tanto do lado argentino, como chileno. Há que levar em conta que muitos desses espaços se encontram em áreas de expansão da agricultura capitalista (*commodities*) nos últimos anos, com fortes conflitos pela terra onde se destacam a presença das corporações transnacionais, algumas com origem nos próprios países da região, como parte dos blocos de poder que envolvem grandes latifúndios. Tem sido grande a pressão para compra de terras por grandes grupos financeiros o que agrava um quadro já tenso frente às diferentes territorialidades.

Além dos camponeses há que se destacar a importância das populações tradicionais como os faxinalenses, sobretudo no estado do Paraná, os pescadores (Brasil) e mariscadores e ribeirinhos (Chile) e os quilombolas que se destacam no Brasil.

As territorialidades indígenas têm uma distribuição geográfica que, nesse caso, mais ou menos corresponde à dos camponeses, o que dá conta do processo de ocupação dessas terras, assim como da campesinização histórica de muitas comunidades indígenas. Todavia, nos últimos anos, há uma inversão identitária e muitas dessas comunidades deixam de lutar por terra, uma das características das lutas camponesas, e lutam por território reinventando a identidade de povos originários. Nesse eixo o Paraguai se destaca pela grande quantidade de etnias, assim como o norte argentino, embora aqui o número seja mais reduzido. O aporte da Bolívia é reduzido já que neste eixo fica excluída a porção andina que é a que possui maior quantidade de etnias nesse país.

Há que considerar, por fim, as Organizações Sociais e Ambientalistas, muitas localizadas nas cidades, sobretudo nas capitais de províncias, que têm se mobilizado em lutas contra os mega-projetos de mineração na cordilheira dos Andes, problemática que também envolve camponeses e indígenas dessas zonas.

O Espaço concebido do Eixo Hidrovia Paraná-Paraguai

Nesse eixo há vários elementos importantes a serem destacados: localiza-se nele a maior área continental alagada do planeta, o Pantanal Matogrossense, além do aquífero Guarani, uma das maiores reservas mundiais de água. Nesse sentido, torna-se importante considerar as atividades que são apontadas no documento da IIRSA como as que devam ser fortalecidas, uma vez que as mesmas tendem a promover a contaminação das águas subterrâneas (tanto a atividade agropecuária como a industrial que acompanha os principais rios).

Entre os principais produtos que são exportados hoje por este Eixo destacam-se, em ordem de importância econômica: grãos de soja, petróleo cru e minerais de ferro (IIRSA, 2010: 162). A área abarcada por este Eixo, uma das mais integradas na economia-mundo (sudeste brasileiro e a região pampeana argentina) deve receber grandes investimentos, pois se encontra atravessada simultaneamente por dois outros Eixos: o de Capricórnio, que conecta os dois oceanos, e o Mercosul-Chile. Para o caso do Eixo Hidrovia, o foco está centrado na navegabilidade de grande porte sobre os rios, mas se reforça com os outros como a rede viária e ferroviária e a interconexão energética. No diagnóstico apresentado no documento oficial, vislumbra-se, a médio prazo, que a dinâmica será dada pela “incorporação e desenvolvimento de áreas do eixo associadas ao crescimento da agricultura (soja), a indústria metal-mecânica e as atividades extrativas metalíferas (ferro)” (IIRSA, 2010:166).

O Espaço vivido: sobre as territorialidades do Eixo Hidrovia Paraguai-Paraná

Como esse eixo se sobrepõe em parte aos dois outros eixos já analisados, as territorialidades que aqui se destacam são as mesmas. Além das comunidades quilombolas, os camponeses e populações tradicionais (como os faxinalenses, os ribeirinhos, pescadores, mariscadores, junqueiros e cipozeiros, para nos atermos às identidades explicitamente colocadas), as populações indígenas chegam a abarcar 41% do total das territorialidades identificadas, com destaque para o Paraguai e o Brasil (Mato Grosso do Sul).

Os conflitos envolvendo o avanço dos latifúndios monocultores, sobretudo de soja com/contra populações indígenas e camponesas têm sido frequentes no Paraguai e no Mato Grosso do Sul e tendem a se acentuar em função de problemas fundiários derivados das exigências de regulação liberal enquanto propriedade privada colocada pelo avanço capitalista em confronto com outras formas de propriedade e de relações sociais fundadas no uso comum dos recursos naturais. Registre-se que nos encontramos diante de um dos mais complexos ecossistemas do mundo, o Pantanal, que é a maior área alagada continental do planeta.

Eixo do Sul: o Espaço concebido

A área de influência do Eixo do Sul constitui um corredor de desenvolvimento bioceânico, uma vez que abrange áreas do território chileno e argentino e possui importantes zonas portuárias tanto no oceano Pacífico como no oceano Atlântico. Assim como o Eixo Mercosul-Chile, sua área de influência também encontra-se inserida no Mercado Comum do Sul (Mercosul). De acordo com os documentos oficiais da IIRSA:

Na área de influência do Eixo do Sul, há regiões consolidadas, regiões com densidade demográfica muito baixa e áreas extensas destinadas à preservação ambiental (parques e reservas nacionais). A área também se caracteriza pela presença de agroindústrias e indústrias manufatureiras, atividades de geração de energia elétrica, petróleo e gás, exploração agropecuária, silvícola e pesqueira, e prestação de serviços, em que o turismo tem um papel de destaque. (IIRSA, 2011:75).

Em relação as potencialidades de desenvolvimento do Eixo os documentos oficiais da IIRSA destacam que espera-se uma consolidação dessas atividades, em

específico as relacionadas com produtos agropecuários, aquicultura, vitivinicultura (vinho) e agroindústria. Entretanto, serão as atividades de serviços que continuarão prevalecendo na região.

O Espaço Vivido: sobre as territorialidades do Eixo do Sul

A consolidação dessas atividades, conforme apregoa o documento, afetará as diferentes territorialidades que historicamente ocupam esses espaços, com destaque para os povos indígenas, particularmente os *mapuche* tanto do lado argentino como chileno. As populações *mapuche* montam a mais de 1 milhão de habitantes. Considere-se, ainda, a presença significativa de camponeses que correspondem a 43% do total das territorialidades identificadas.

Considerações finais

As descrições e análises dos espaços concebidos e dos espaços vividos das áreas de influência dos Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA demonstram que as tensões e conflitos sociais tendem a aumentar na região. Ao privilegiar uma escala regional-continental de análise e ação no território sul-americano, o projeto de integração de infraestrutura da IIRSA acaba por ignorar e invisibilizar um enorme número de territorialidades que, numa escala local, também conformam as áreas de influência dos Eixos.

É possível verificar que prevalece na lógica de ordenamento territorial da IIRSA o domínio lógico-racional e estratégico-funcional do espaço, o espaço concebido (representações do espaço) dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas e atores hegemônicos, que recortam e ordenam o espaço geográfico sul-americano, considerando-o supostamente coeso, coerente e homogêneo. Assim, há o predomínio de uma visão abstrata e racional do espaço que ignora o espaço vivido de uma diversidade de povos, culturas e modos de vida, onde o domínio do espaço é acompanhado também por sua apropriação simbólica e afetiva, sentido de pertencimento e valor de uso.

A concepção de desenvolvimento predominante nas formulações e discursos sobre a IIRSA, assim como a definição dos conceitos de território e rede predominantes no projeto, evidenciam o caráter economicista que prevalece no projeto. Ao conceber o território apenas como suporte material ou distância e base física que deve ser superada pela instalação de redes de fluxos, o projeto ignora que o conceito de território deve ser compreendido também em sua dimensão simbólica e em diferentes escalas. Nesse sentido, conceitos como os de “vazio demográfico”, “terras relativamente baratas”, “terras disponíveis”, “espaços em consolidação” acabam por justificar e legitimar a destruição de ecossistemas e a desestruturação de inúmeras territorialidades. Nessa perspectiva, a ocorrência de conflitos sociais tende a se tornar inevitável e acaba por atualizar, como já ressaltado, a história de longa duração e a colonialidade do poder que conformam a formação socioespacial latinoamericana.

Ao buscarmos evidenciar os dilemas e contradições do processo de integração regional em curso, acreditamos oferecer a possibilidade para que as políticas de implementação da IIRSA passem a considerar as territorialidades das populações que conformam a área de influência de seus projetos. Deste modo, pensamos que, ao contrário do que vem ocorrendo, os processos de expropriação e impactos sociais e ambientais associados a esse projeto de integração possam vir a ser evitados e, ainda, que uma efetiva participação política dessas populações sobre os rumos da integração regional sul-americana possa de fato existir.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. de e CARVALHO, G. 2009. *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil pan-amazônica*. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Observatório Comova/UFPA.

BID 2000. *Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Regional na América do Sul*. Disponível em: <http://www.campus-oei.org/oeivirt/cimeira2.htm>. Acesso em: 10 agosto 2010.

_____. 2000a. *Un Nuevo Impulso a la Integración de la Infraestructura Regional en América del Sur*. Disponível em: http://www.iadb.org/intal/publicaciones/infraestructura_bid.pdf. Acesso em: 10 agosto 2010.

_____. 2002a. *Além das Fronteiras, o Novo Regionalismo na América Latina – progresso Econômico e Social na América Latina*. Relatório.

BNDES. 2003. *I Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES/CAF: Prospecção de Projetos de Integração Física Sul-Americana*. Íntegra do Discurso do presidente do BNDES, Carlos Lessa. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/onhecimento/seminario/caf_abertura1.pdf Acesso: 30/08/11.

CARVALHO, J. G. 2004. *A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA*. NAEA-UFPA, Belém.

CECEÑA, A. E., AGUILAR, P e MOTTO, C. (2007) *Territorialidad de la dominación: La Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)*. Observatório Latinoamericano de Geopolítica. Buenos Aires: Asociación Nuestra América.

CEPAL. (1994). *O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade*. Santiago do Chile.

CORRÊA, R. L. 1987. *Região e Organização espacial*. São Paulo: Ática.

DIAS, L. C. 2000. *Redes: emergência e organização*. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 141-162.

ESCOBAR, A. 1996. *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Ed. El perro e la rana, Caracas.

ESTAY, R.J. 2010. *La integración Latinoamericana: etapas pasadas y escenarios posibles*. (Mimeo).

FIGUEIREDO, J. 2011. *Fissura na base de apoio a Morales*. Caderno O Mundo. *O Globo*. 28 de setembro, p.34.

GILL, R. 2002. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, p. 244-270.

HAESBAERT, R. 2000. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.165-205.

_____.2002. *Territórios Alternativos*. Rio de Janeiro: Eduff.

_____.2004. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____.2010. *Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARVEY, D. 2004. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, São Paulo.

IIRSA. (2008). *Vision de negocios del eje del integracion y desarrollo Andino*. Disponível em: http://www.iadb.org/intal/intalcdi/ObrasDigitalizadas.aspx?sub_base=IIRSA&clase=M
Acesso:09/09/13.

_____. *Planificación Territorial Indicativa: cartera de proyectos IIRSA 2010*. Disponível em: http://www.iadb.org/intal/intalcdi/ObrasDigitalizadas.aspx?sub_base=IIRSA&clase=M
Acesso:09/09/13.

_____. (2011). *IIRSA 10 años después: sus logros e desafíos*. Buenos Aires: BID-INTAL. Disponível em: http://www.iadb.org/intal/intalcdi/ObrasDigitalizadas.aspx?sub_base=IIRSA&clase=M
Acesso:09/09/13.

LEFEBVRE, H. (1986). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.

LIMONAD, E., HAESBAERT, R. e MOREIRA, R. (orgs.). 2004. *Brasil, Século XXI - Por uma Nova Regionalização? Agentes, Processos e Escalas*. São Paulo: Max Limonad.

MARTINS, C. E. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo.

MARX, K. (1978) Teoria Moderna da Colonização. In:_____. *O Capital: critica da economia política*. Livro Primeiro: O Processo de Acumulação do Capital. Volume II. Capítulo XXV. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.883-894.

MASSEY, D. (2004). Filosofia e Política da Espacialidade: algumas considerações. Tradução: Rogério Haesbaert. **GEOgraphia**, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ, UFF/EGG, nº 12.

MELO, L. 2011. Com caminho asfaltado, Brasil alcança Pacífico. Caderno Economia. *O Globo*. 31 de Julho, p.40.

MONIZ BANDEIRA, L. A. (2010). A integração da América do Sul como espaço geopolítico. In: M. d. Fundação Alexandre de Gusmão, *Integração da América do Sul* (pp. 131-141). Brasília: FUNAG.

OLIVEIRA, M. G. (2011). A Ferrovia Bioceânica Paranaguá-Antofagasta e a controvérsia entre o modelo primário-exportador e o modelo desenvolvimentista. *Oikos*, 243-266.

PORTO-GONÇALVES, C. W. 2003. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: Seone, José (Org.) *Movimentos sociales y conflicto em América Latina*. Buenos Aires: Clacso. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>. Acesso em: 29/07/2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. e QUENTAL, P. de A. (2012). Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis*. Revista Académica de la Universidad Bolivariana de Chile, v. 31, p. 16. Disponível em: <http://www.revistapolis.cl/31/art16.htm>

_____. (2013). América Latina e a colonialidade do poder. In: HAESBAERT, R. (Org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. 2ed. revista e atualizada. Niterói: Eduff.

QUIJANO, A. 2000. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-System Research*. (2): 342-386.

_____. 2005. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso, pp. 227-278.

SANTOS, L. C. V. G. (2004). *O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Ed. Unesp.

_____. (2004). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp.

VERDUM, R. 2008. *IIRSA: Financiamento e Megaprojetos. Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana*. Eduardo Gudynas [et al] Ed. INESC, Brasília.

_____. 2007. *Infra-estrutura e políticas territoriais do Brasil no contexto da integração sul*. ADITAL, 21 nov. Consultado em 14 de janeiro de 2009 <http://www.adital.com.br>.

VITTE, C. de C. S. 2009. *Planejamento territorial e os impactos sócio-econômicos da*

IIRSA (Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana) no território brasileiro: atores, conflitos e interesses. São Paulo.

ZIBECHI, R. (2012). *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo.* Trad. Carlos Walter Porto-Gonçalves. Rio de Janeiro: Ed. Consequência.

Notas

*Geógrafo, doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e mestre em Geografia pela mesma instituição.

¹ O conflito territorial envolvendo o Brasil, a Bolívia e o Peru no início do século XX, que culminou com a incorporação do Acre ao território brasileiro, teve como um dos seus motivadores o fato de, ainda em finais do século XIX e início do XX, “as fronteiras estarem às cegas”, conforme afirmava o Tratado de Ayacucho, de 1867.

² “Os faxinais são comunidades rurais que se constituíram como um mecanismo de autodefesa do camponato local a fim de assegurar a sua reprodução social em situações de crise econômica. Tais comunidades fazem o uso comunal e sustentável das áreas de criadouros de animais, recursos florestais e hídricos e o uso privado das áreas de lavoura, onde é cultivada a policultura alimentar de subsistência. A Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses é uma das entidades que representa as comunidades faxinalenses na região sul do Brasil, no Paraná basicamente. Sua missão é articular e mobilizar essas comunidades para a defesa e a promoção de seus direitos étnicos e coletivos visando ao acesso e à manutenção de sua territorialidade”. Consultar: Fundo Brasil de Direitos Humanos (<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/pt/projects/view/articulacao-puxirao-dos-povos-faxinalenses-1>).